



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

---

## **ESBOÇO DE UMA HISTÓRIA DOS CATECISMOS EM LÍNGUAS INDÍGENAS DO BRASIL ENTRE OS SÉCULOS XVI E XVIII**

MARIA CÂNDIDA DRUMOND MENDES BARROS\*

### *Objetivos*

A proposta do trabalho é apresentar uma periodização do processo de formação de catecismos em línguas indígenas no Brasil como forma heurística de organizar as informações levantadas sobre esses textos coloniais. O levantamento incluiu o inventário das línguas indígenas nas quais foram feitos catecismos, dos missionários indicados como seus autores, das ordens religiosas responsáveis por sua elaboração e das formas de uso desse tipo de obra na rotina das missões indígenas<sup>7</sup>.

Os catecismos coloniais são retratos privilegiados da evangelização da população indígena por conterem um mosaico de diferentes textos, como orações, canções, diálogos de doutrina organizados por meio de perguntas e respostas, e protocolos usados nos sacramentos. Muitos contêm ainda vocabulários de termos de parentesco para guiar o confessor ou ainda calendários das obrigações religiosas durante o ano (dia de jejuar, dia de não trabalhar, etc.). Para o Brasil, cinco catecismos foram impressos no período colonial, três em Tupi (Araújo 1618/1686 e Bettendorf 1687) e dois em Kiriri (Mamiani 1698/ Nantes 1709). À exceção do catecismo Kiriri de Bernard de Nantes, os demais são de origem jesuítica e se assemelham na forma de organização in-

---

\* Museu Paraense Emílio Goeldi

7 O levantamento foi possível graças ao acervo da biblioteca *John Carter Brown Library* (Brown University/ Providence), a quem agradeço o apoio recebido.



terna e até mesmo na palavra Tupi escolhida para significar Deus (Tupã), presente mesmo nos catecismos em línguas não-Tupi, como no Kiriri.

A análise dos catecismos coloniais se insere numa pesquisa sobre a política da língua geral usada no Brasil entre os séculos XVI - XVIII, período no qual o Tupi foi a língua franca da colonização. Essa política lingüística se caracterizou pelo uso dominante de uma única língua indígena como forma de contato colonial ao invés da introdução do português. Na região de São Paulo, essa política teve vigência até o início do século XVIII (Holanda 1976). Na Amazônia, ela se estendeu para além do período pombalino, quando oficialmente teve início uma política de 'aportuguesamento' na região. A política de língua geral representou um processo de homogeneização da situação de diversidade lingüística pré-colonial, tanto pela padronização da língua Tupi, através dos materiais escritos nessa língua e distribuídos por todas as missões, quanto pela tupinização dos grupos *tapuias* (categoria colonial usada para se referir a todos os grupos não-Tupi).

A forma de reconstruir a política lingüística colonial no Brasil no contexto religioso tem sido a análise dos catecismos. A partir dessas obras religiosas se acompanhará as tendências da política lingüística colonial, o comportamento em relação às línguas *tapuias* e o processo de standardização da língua Tupi.

A periodização procurará caracterizar as diferentes tendências ocorridas ao longo da política lingüística das missões. Um traço permanente da política lingüística colonial no Brasil foi o processo de standardização do catecismo Tupi ao longo das diferentes gerações de missionários-'línguas' (intérpretes) através do controle institucional do texto religioso Tupi a ser utilizado nas missões.

### ***1ª Fase: ausência de catecismo como guia da evangelização***

A primeira fase na história da formação dos catecismos abarcaria os anos iniciais dos jesuítas no Brasil, quando se estavam ainda traduzindo os

textos cristãos para o Tupi. A ausência de um catecismo pronto com todas as suas usuais partes (orações, diálogos de doutrina e dos sacramentos) permitiu uma maior entrada da cultura Tupi na evangelização através, por exemplo, do uso de formas gestuais e de oratória Tupi na pregação cristã. Também foram usados os espaços e horas próprios dos 'pajés' (os feiticeiros) e os 'senhores da fala', figuras da sociedade Tupi reconhecidas como possuidoras do dom da oratória.

Por todos os lugares e povoações que passávamos me mandava prega-lhes nas madrugadas, duas horas ou mais; e era na madrugada porque então era costume de pregarem os seus principais e Pagés, a que eles muito creem. (Pero Correia 1551 *apud* Leite 1956, t.I: 220)

Um exemplo da inclusão do estilo Tupi de oratória na forma de evangelização jesuítica nesses primeiros anos se encontra na descrição da forma de pregar do Padre Azpicuelta Navarro.

[Navarro] começava a despejar a torrente da sua eloquência, levantando a voz, e pregando-lhes os mistérios da fé, andando em roda deles, batendo o pé, espalmando as mãos, fazendo as mesmas pausas, quebras e espantos costumados entre seus pregadores, pera mais os agradar e persuadir." (Leite 1938, t.II: 299)

Navarro afirmava em 1550 que havia incluído o estilo de cantar indígena na tradução do Pai Nosso:

El Padre Nuestro lo saqué al estilo de sus cantares para que más de prisa lo aprendieron y les gustara, principalmente a los niños, a quienes enseño a que lo digan cerca de los enfermos. (carta de João Azpicuelta a los



padres y hermanos de Coimbra, Bahia 28 de março de 1550, *apud* Leite 1956, t.I: 180).

A política de inserção de elementos da cultura Tupi na forma de evangelização encontrada nesse período teve como grande defensor o Provincial Manuel da Nóbrega.

Se nos abraçarmos com alguns costumes deste gentio, os quais não são contra nossa fee catholica, nem são ritos dedicados a idolos, como hé cantar cantigas de Nosso Senhor em sua lingoa pello seu toom e tanger seus instrumentos de musica que elles [usam] em suas festas quando matão contrarios e quando andão bebados; e isto para os atrahir a deixarem os outros costumes esentiais e, permitindo-lhes e aprovando-lhes estes, trabalhar por lhe tirar os outros; e assi o pregar-lhes a seu modo em certo toom andando passeando e batendo nos peitos, como elles fazem quando querem persuadir alguma cousa e dizê-la com muita eficiência; e assi trosquiaremse os meninos da terra, que em casa temos a seu modo. Porque a semelhança é causa de amor. (Manuel da Nóbrega a Simão Rodrigues, Bahia, 1552 *apud* Leite 1956, t.I: 407)

A inclusão desse 'modo gentio' no cerimonial da evangelização foi possível nesses primeiros anos devido à forte presença de 'línguas' colonos na ordem jesuítica. De todos os provinciais do século XVI, Nóbrega foi o que mais absorveu, nos quadros jesuíticos, colonos falantes do Tupi, mesmo que estes não tivessem o perfil e a formação necessários para receber os votos segundo o padrão da Ordem em Portugal. Alguns eram casados, outros não sabiam latim ou mesmo eram acusados de matar índios, como era o caso de Pero Correia (Barros 1997). Coube a esse grupo de colonos bilíngües a responsabilidade de fazer as primeiras traduções das orações em Tupi, assim como de repassar informações etnográficas sobre os Tupi.



*2ª Fase: regulamentação do catecismo Tupi ao molde do catecismo português (1574-1618)*

Uma segunda fase na história da formação dos catecismos coloniais no Brasil corresponderia ao período entre 1574 e 1618, quando o catecismo Tupi, ainda em forma manuscrita, já estava regulamentado como um texto único, o qual não se devia modificar ao gosto dos missionários. O visitador Ferrão de Cardim, em 1586, fala de um catecismo aprovado, que deveria ser utilizado em todas as missões (Leite 1938, t.II: 306-307).

A escolha de 1574 como referência para uma mudança na política de evangelização se deve à notícia de que nesse ano a forma de pregar aos índios havia se tornado similar àquela usada entre os brancos, diferenciando-se, portanto, da política anterior de Nóbrega de fazer uso extensivamente da cultura Tupi no ritual cristão.

En este [año de 1574] se vio notable augmento en el bien espiritual de los Indios en todas las quatro aldeas em que los nros [nuestros] residen. introduzese tambien entre ellos la maneira de predicar que se usa entre los blancos, para que, en todo vayan ya perdiendo las costumbres de sus antepassados e afecionanandose a los nuestros. (História 1897: 112).

Pregar aos índios de maneira similar ao que se fazia aos brancos não significou que o português passava a ser a língua da evangelização, mas sim que o catecismo Tupi havia sido moldado à forma dos catecismos portugueses. Mais adiante, no mesmo texto que fala da mudança na forma de pregar aos índios, há menção de que o jesuíta Leonardo do Vale (1538-1591) havia feito um catecismo Tupi baseado naquele escrito pelo Padre Marcos Jorge (1524-1571).



El Pe. Leonardo compuso este año [1574] una doctrina en la lengua del Brasil quase tresladando la que hizo el Pe. Marcos Jorge de buena memoria. Costo mucho trabajo mas entiendese que sera provechoso. Tambien se hizieron los aparejos para confessar baptizar y ayudar a bien morir y un confesionario en la lengua. (História 1897: 117)

O catecismo de Marcos Jorge, destinado ao uso entre as crianças portuguesas, tinha sido o primeiro livro publicado pela Companhia de Jesus em Portugal e havia sido amplamente divulgado, recebendo sucessivas impressões com recursos reais e sofrendo várias modificações ao longo dos séculos. Além de servir de modelo para o catecismo Tupi, ele também havia influenciado, no século XVII, a outros catecismos coloniais, como a *Doutrina christã na língua do reino de Congo* em 1624 (Machado 1967). O fato de esse catecismo português ser dirigido a crianças indica que esta era a concepção da evangelização da população indígena adulta.

A característica da política de evangelização nessa fase foi de maior restrição à introdução da cultura indígena nas práticas cristãs, se comparado com o período do Provincial Manuel da Nóbrega. Alguns indícios dessa mudança na política de evangelização são: a) o espaço de pregação não é mais o mesmo usado tradicionalmente pelos “senhores da fala” Tupi, mas as igrejas recém-construídas nas aldeias jesuíticas; e b) a entrada na Ordem de colonos “nascidos no Brasil” foi proibida em 1579 (Leite 1938 t.II: 433). Este grupo de colonos bilíngües transformados em jesuítas havia sido o responsável até então pela introdução da cultura Tupi na forma de pregação.

### *3ª Fase: a impressão dos catecismos coloniais e o surgimento de catecismos tapuias (1618-1709)*

O período de 1618 até 1709 corresponderia à fase em que os catecismos passaram da forma manuscrita para a imprensa. O ano de 1618 se refere à

data da primeira impressão do catecismo Tupi (Antônio Araújo) e o ano de 1709 marca a última impressão de um catecismo no período abrangido pela pesquisa (1549-1759). Esse último catecismo foi feito na língua Kiriri e seu autor foi o padre capuchinho francês Bernard de Nantes. Essa fase coincide com o surgimento de alguns catecismos em línguas *tapuias*.

Antes de 1618, houve vários pedidos para a impressão do catecismo Tupi por parte dos jesuítas no Brasil (em 1575, 1585 e 1592) (Leite 1938 t. II:552 e 557), todos eles sem sucesso. Todas as solicitações alegavam que com a impressão do catecismo se conservaria o texto sem modificação. Uma carta de Beliarte de 1592 mostra o papel da impressão como forma de standardização dos catecismos coloniais.

Leva também o Procurador [Luís da Fonseca] a Doutrina Cristã composta na língua do Brasil e Arte da mesma língua. Uma e outra, pede a Congregação a Vossa Paternidade dê licença para se imprimir, porque será coisa de grande aumento das almas e causa de haver muitos línguas e se aprender com mais facilidade. E eu, da minha parte, peço também com tôdas as veras o mesmo. Quanto à Doutrina, quarenta anos há que se compôs, e até agora sempre se ensinou, apurando-se e emedendendo-se assim no tocante à Teologia como na língua. E porque parece que não há já que emendar, como os melhores línguas, que há, dizem; e no Teologia estamos certos: e, com se imprimir, será mais fácil tê-la todos, aprendê-la e ensiná-la, se pede a V. Paternidade dê para isso licença, porque pelo trabalho de a escrever muitos deixam de a ter, e os que a teem, não a teem certa; e cada um, se está um pouco adiantado na língua, lhe parece que se poderia dizer isto ou aquilo melhor, e assim a querem emendar a seu gôsto; com a ver impressa, entenderão que não há que emendar a seu gôsto" (carta de Beliarte, Bahia, 20 de setembro de 1592 *apud* Leite 1938 t. II: 558)

O pedido de Beliarte para impressão do catecismo Tupi não foi aceito, ao contrário do consentimento dado à publicação da *Arte de Anchieta*, em 1595.

O trecho de Beliarte, acima, fornece outra informação a respeito do processo de standardização do catecismo Tupi: este era concebido como um texto único que vinha sendo reelaborado por vários jesuítas *línguas* desde 1552. Uma série de missionários estão associados à elaboração do catecismo Tupi<sup>8</sup>. O fato de que o primeiro catecismo impresso trazia o nome de Antônio de Araújo (1566-1632) não significava que ele fosse o seu único autor. Seu nome indicava apenas que ele foi o responsável pela revisão do texto antes de sua impressão.

O contexto político favorecedor da impressão do catecismo Tupi em 1618 parece ter sido o plano jesuítico de atuar na Amazônia, recém-ocupada pelos portugueses através da tomada de São Luís dos franceses e da fundação de Belém. O prólogo do catecismo de Antônio Araújo (1618) faz alusão ao uso da obra na evangelização da população indígena da Amazônia. A standardização do texto religioso em Tupi abarcava tanto o seu uso no Estado do Brasil como no Estado do Maranhão e Grão-Pará.

Agora pera que os que escolhe pera obreiros da altíssima empresa da salvação dos poucos Indios, que escaparam, e se vão tendo aos mares das tribulações [...], tenham com que os possam perfeioar, & reduzir os muitos, que o novo descobrimento do Maranhão lhes está oferecendo, ordenou por via do Reverendo padre Provincial Pedro de Toledo [...] se imprimir o catecis-

---

8 Na lista de Serafim Leite (1938, t.IX: 439), pelos menos sete jesuítas da jurisdição do Estado do Brasil estão associados ao processo de elaboração do catecismo Tupi: José de Anchieta, Antônio de Araújo, Azpilcueta Navarro, Pero Correia, Luis da Grã, Bartolomeu de Leão e Leonardo do Valle.

mo, que nesta lingoa antigoamente compozerao alguns Padres doctos, & bons lingoa. (Araújo 1618 [1952]: prólogo ao leitor, s/ n. de página)

Até 1618, apenas um texto em Tupi havia sido impresso: a gramática de Anchieta. O catecismo Tupi havia levado cerca de 70 anos para ser impresso, processo bastante lento se for comparado com os catecismos em Nahuatl e Quechua, na América Hispânica, que receberam sucessivas impressões desde o século XVI. Porém, esse cenário de poucas impressões se inverte no período de 1686-1709. Nesses vinte anos, foram impressos na gráfica de Miguel Deslandes três gramáticas<sup>9</sup> e mais quatro catecismos. Os catecismos impressos neste período foram: a reedição do catecismo Tupi de Antônio de Araújo, emendado por Bartolomeu Leão (1686), um catecismo breve em Tupi destinado ao uso no Maranhão e Grão-Pará, de Felipe Bettendorf (1687) e mais dois catecismos na língua Kiriri, produzidos por duas diferentes ordens, a dos Capuchinhos (Bernard de Nantes em 1709) e a dos Jesuítas (Luís Vincencio Mamiani em 1698). Deve-se acentuar que pela primeira vez se publicava catecismos nas línguas *tapuias*.

É possível que o jesuíta responsável pelo acompanhamento dessas publicações na Companhia de Jesus tenha sido Felipe Bettendorf, naquela época exilado em Portugal, depois de expulso pelos colonos no Maranhão. Bettendorf, na sua crônica sobre os jesuítas na Amazônia, conta que através da impressão do catecismo ele procurava uniformizar as diferentes versões manuscritas que circulavam pelas missões.

Achei em tempo desta minha visita que os padres missionários não concordavam sobre os pontos das perguntas e respostas das doutrinas que cada dia

---

9 Reedição da gramática Tupi de Luis Figueira em 1687, primeira impressão da gramática na língua de Angola de Pedro Dias (1697) e da gramática Kiriri de Mamiani (1699)



se mandava fazer aos índios das aldeias, e que uns ensinavam uma parte, outros outra, acrescentando ou mudando o mais que lhes parecia, e assim para reduzir todos a uniformidade, prescrevi e mandei publicar a doutrina que se usava em toda a missão, desde os seus princípios, acrescentado-lhes somente umas perguntas mais necessárias sobre os actos da Fé, Esperança e Caridade, da confissão e comunhão, e como ainda agora alguns não tem, quiz po-la aqui, para que em todo o tempo se possa recorrer a ela, para uniformidade de doutrina em toda a missão. (Bettendorf 1990: 483)

#### 4ª Fase: *O Catecismo Tupi como Modelo dos Catecismos Tapuias*

Esse período de impressões dos catecismos se caracterizou também pela elaboração de uma série de catecismos em línguas não-Tupi (*tapuias*). Enquanto no século XVI tem-se apenas uma única referência de uma língua não-Tupi usada na evangelização (a língua Marumini), no século XVII, na Amazônia, há notícias da elaboração de catecismos breves nas línguas Nheengaiá, Manaus, Tapajós, Bocas, Jurunas e Urucuçus (Leite 1938 t. IV: 313)<sup>10</sup>. O mentor dessa política foi Antônio Vieira, como podemos ver no seu “Regulamento das Aldeias Indígenas do Maranhão e Grão-Pará” (1658-1661) (Beozzo 1983).

O Padre que os tiver [adultos que não forem da Língua geral] à sua conta procurará com todo o cuidado fazer um catecismo breve que contenha os pontos precisamente necessários para a Salvação, e dêste usarão nos casos

---

10 Outras ordens religiosas estiveram envolvidas na produção de catecismos em línguas *tapuias*. Por exemplo, entre os franciscanos atuando na Amazônia entre os séculos XVII e XVIII, são citados: Fr. Boaventura de Santo Antônio (textos religiosos nas línguas Sacáca, Aruãs e Goyanas), Fr. Joachim da Conceição (línguas dos Maraunús, Aruãs e Aracajus), Fr. João de Jesus (língua Aruã), Fr. Matheos de Jesus Maria (Confessionário na língua Maraunús), Fr. Pedro de Santa Rosa (Confessionário escrito na língua dos Aracujus) (Machado 1967)

de necessidade, e por ele os irão ensinando e instruindo. (Vieira *apud* Beozzo 1983: 199)

A elaboração de catecismos *tapuias* não significava, entretanto, o fim do traço homogeneizador contido na política da língua geral, ao excluir o uso de línguas não-Tupi:

a) O uso das línguas *tapuias* nos catecismos se destinava apenas aos primeiros tempos de contato com os grupos não-Tupi, anterior à transferência deles para as aldeias de descimento, onde a língua usada passava a ser a geral. Por exemplo, sabe-se que foi feito um catecismo breve em Nheengaiba pelo jesuíta Manuel Nunes, no período que o grupo foi transferido para missões jesuíticas. Porém, cem anos mais tarde, o jesuíta João Daniel aponta com algum detalhamento o processo de Tupinização desse grupo. Ele conta da resistência das mulheres desse grupo a falarem a língua geral, obrigando ao uso de intérprete na confissão. Para forçá-las a falar Tupi na confissão, Daniel menciona o uso de castigos físicos por parte dos missionários.

Como porém as confissões das *tapuias* por intérprete trazem consigo muitos inconvenientes, tem-se empenhado muitos missionários a desterrar este abuso, já com práticas, e já com castigos: e posto que já vai em muita diminuição, contudo ainda há algumas, que nem a pao querem largar este abuso: tanto que já houve algumas, às quaes o seu missionário mandou dar palmatoadas até elas dizerem basta ao menos, pela língua geral, antes de deixavam dar até lhes inchar as mãos, e arrebentar o sangue, até que se resolviam a fazer, o que deviam logo, que era  $\text{p}$  falar a língua comum. (Daniel 1976: 272)

b) O modelo de todos os catecismos *tapuias* foi o texto Tupi: os catecismos *tapuias* eram tradução daqueles em Tupi, como se vê na introdução do catecismo manuscrito na língua Manaos no século XVIII:



Preguntas da Doutrina Christã pela Lingoa Manoa, vertidas ou tiradas da Lingua geral. Quem isto escreve não sabe a ditta lingoa, mas hum Manao, que aprendeo a Doutrina pela Lingoa Tupinamba, averteo na sua lingoaje dizendo que algumas das palavras nam heram muy alegantez, mas que as compunha conforme melhor as entendia. (Caderno da Doutrina pella Lingoa dos Manaos *apud* Joyce 1951: 43)

O processo de tradução do catecismo Tupi para línguas *tapuias* se fazia através de intérpretes bilíngües em Tupi e nas línguas *tapuias*. Em geral, eram índios não-Tupi, cristianizados através da língua geral, como no caso do catecismo Manaos.

O processo de elaboração de uma catecismo *tapuia* pode ser acompanhado também através da narrativa de Felipe Bettendorf, responsável pelos catecismos nas línguas Tapajós e Urucuçus. A elaboração de catecismo breve em língua Tapajós se deu durante uma expedição deste jesuíta ao rio Tapajós em 1660 (Bettendorf 1990: 158). Ele se utilizou da ajuda de João Correia, um alferes bilíngüe que estava na região e que havia se tornado seu companheiro de viagem, como intermediário junto aos índios Tapajós e Urucuçus.

Estando as cousas da missão nestes termos, cheguei ao Tapajoz com o Alferes João Correia. A primeira cousa que lá fiz foi com a ajuda do meu companheiro e alguns índios grandes línguas fazer uns catechismos de vários idiomas daqueles seus principaes, todos pelo da língua geral, um era em lingua dos Tapajós, outro dos Urucucus, que commumente entendiam, e com estes os ia ensinando e batizando. (Bettendorf 1990:168)

c) nos catecismos *tapuias* (Kiriri e Manaos), a palavra escolhida para traduzir Deus era de origem Tupi (Tupã). O uso desta palavra Tupi nos textos cristãos em Kiriri e Manaos sugere a passagem desses grupos para a língua

Tupi. A manutenção de uma palavra comum para o Deus cristão em todas as línguas indica uma estratégia missionária de procurar manter uma única identidade para Deus.

Por fim, esse período de publicações de catecismos revela que o destino dessas obras não era apenas os próprios missionários trabalhando na área em que essas línguas eram faladas, mas há alguns indicadores que essas obras procuravam um leitor que não unicamente o missionário. Por exemplo, o catecismo de Bernard de Nantes foi escrito e publicado em 1709 quando os capuchinhos já estavam fora do Brasil e depois de publicado um outro catecismo na mesma língua por parte dos jesuítas.

*5ª Fase: resultado da política de standardização do catecismo Tupi – sua não compreensão nas aldeias jesuíticas da Amazônia (segunda metade do século XVIII)*

A última fase da periodização proposta para os catecismos coloniais no Brasil corresponderá ao período pombalino, marcado pela expulsão dos jesuítas. A essa altura, com cerca de 150 anos de expansão portuguesa na Amazônia, a população indígena submetida ao trabalho escravo entre os colonos ou à vida nas 'aldeias de descimento' jesuíticas já não pertencia em sua maioria ao grupo Tupi. Essa população era oriunda do Rio Negro, por exemplo, onde não havia grupos indígenas dessa família lingüística.

Fruto desta situação na qual a língua geral é falada predominantemente pelos falantes não-nativos, surge uma dicotomia lingüística entre a variedade lingüística Tupi usada nos catecismos – como vimos padronizada desde o século XVI – e a que era falada na Amazônia. Essa dicotomia está documentada pelo jesuíta João Daniel no seu livro *Tesouro descoberto no Rio Amazonas* (1976). Segundo ele, na segunda metade do século XVIII, os índios agrupados nas missões já não entendiam o catecismo.

Nesta língua [Tupinambá] se compuseram ao princípio pelos primeiros missionários jesuítas o catecismo, e doutrina; e a reduziram a arte com regras ,



e termos fáceis de se aprender. Porém, como os primeiros, e verdadeiros topinambares já quase de todo se acabaram, e as missões se foram restabelecendo com outras mui diversas nações, e línguas, se foi corrompendo de tal sorte a língua geral topinambá, que já hoje são raros, os que falam com a sua nativa pureza, e vigor; de sorte, que já os mesmos índios não percebem o catecismo, nem os que estudam a arte se entendem com os índios especialmente no Amazonas, como muitas vezes tem experimentado, e confessado os mesmos missionários, e índios, de sorte está viciada, e corrupta que parece outra língua diversa. (Daniel 1976: 225)

João Daniel nomeia as variedades dessa dicotomia lingüística como a “língua geral antiga dos topinambares” ou “verdadeira língua geral” (Daniel 1976: 227) – aquela presente nos catecismos, em oposição ao que ele chama de “língua geral corrupta” (Daniel 1975: 226-227) – aquela que os índios aprendiam quando eram trazidos para as aldeias de descimento.

A standardização do catecismo Tupi ao longo da política de evangelização jesuítica tinha estabelecido uma situação em que paralelamente havia um Tupi literário com função religiosa (identificado com o catecismo), diferente do Tupi coloquial, falado nas missões jesuíticas onde se agrupavam índios de diversas procedências lingüísticas. João Daniel documenta o que o sociolingüista Ferguson chama de diglossia, processo no qual a standardização de uma língua (no caso do Brasil colonial, através do catecismo) acaba resultando na criação e coexistência de duas variedades de uma mesma língua, cada uma delas em função definida (Ferguson 1959: 247).

O livro de João Daniel tem uma grande importância para documentar no século XVIII os resultados da política da língua geral na região amazônica:

a) pelo seu livro é possível verificar a transformação da língua geral na Amazônia em *foreign talk*, ou seja, uma variedade usada nas missões predominantemente por uma população falante não-nativa (grupos *tapuias* e portugueses);



b) o jesuíta aponta uma dicotomia lingüística produzida por uma política de standardização do Tupi jesuítico, através da padronização do catecismo, ao mesmo tempo que se levava a cabo uma política de 'tupinizar' grupos *tapuias*, o que teve como efeito o estabelecimento de uma variedade da língua Tupi diferente do catecismo. Dessa forma, ao mesmo tempo em que a política lingüística foi homogeneizadora, ela também estabelecia uma situação de heterogeneidade, ao estabelecer uma nova variedade do Tupi.

### *A Título de Conclusão*

O levantamento sobre os catecismos em línguas indígenas no Brasil aponta para o lugar central dessas obras na evangelização, para o controle institucional sobre esses textos e para seu uso uniforme nas duas regiões administrativas coloniais, o Estado do Brasil e do Maranhão e Grão-Pará. Alguns dos aspectos levantados sugerem que:

a) a formação de um catecismo Tupi pelo modelo daquele usado em Portugal representou o fim da evangelização seguindo o modelo da retórica dos pajés e profetas Tupi;

b) o catecismo Tupi passou por um processo de sucessivas e oficializadas reelaborações a partir de um mesmo texto. O discurso cristão em Tupi não era, pois, aberto para a criação individual dos jesuítas 'línguas', por não terem autorização para modificá-lo;

c) uma política de elaboração de textos religiosos nas línguas *tapuias* teve lugar, mas eles eram usados apenas nos primeiros anos de evangelização do grupo em questão.

d) a política de standardização do Tupi religioso não evitou a criação de uma variedade lingüística de Tupi falada por um grande contingente de falantes não-nativos.

Uma das suposições na história dos catecismos Tupi e *tapuia* aqui apresentada foi o de que a impressão teria tido importância no processo de



estandardização do texto Tupi, ao permitir a sua circulação de forma padronizada. Mas essa suposição necessitaria ser melhor avaliada através do conhecimento das formas de circulação de um livro neste período para, poder saber se os catecismos impressos eram usados como livros de posse pessoal dos missionários ou chegavam apenas às bibliotecas dos colégios, não eliminando assim a sua existência em forma manuscrita. O processo de estandardização do Tupi através do controle jesuítico sob o catecismo fica ainda dependente de um melhor conhecimento da impressão<sup>11</sup>.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anselmo, Antônio Joaquim. 1926. *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional.
- Araújo, Antônio. 1686. *Catecismo Brasilico da doutrina christãa, com o ceremonial dos Sacramentos, & mais actos Parochiaes.*/Composto Por Padres Doutos da Companhia de Jesus, Aperfeiçoado, E dado a luz pelo Padre Antonio de Araujo da Mesma Companhia./Emendado nesta segunda impressão Pelo Bertholameu de Leam da mesma Companhia. / Lisboa./Na Officina Miguel Deslandes./MDCLXXXVI. Com todas as licenças necessarias.
- \_\_\_\_\_. 1952. *Catecismo na língua brasilica.* (fac-símile da edição de 1618). Rio de Janeiro: Olímpica.

---

<sup>11</sup> Os estudos de Maria Carlota Rosa sobre o impressor português Valetim Fernandes (1994) e sua pesquisa comparativa de duas edições da gramática de Figueira trazem subsídios para um melhor conhecimento da imprensa em Portugal.

- Ayrosa, Plínio. 1950. Orações e diálogos da doutrina cristã na língua brasileira. Manuscritos do século XVIII, transcritos e anotados por Plínio Ayrosa. *Boletim de Etnografia e Língua Tupi-guarani* n.17. São Paulo: USP/ Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- Barros, M.Cândida D. M. 1997. Os intérpretes jesuítas como fonte de estudo da situação lingüística colonial. In: Soares, Marília Facó (org.). *Estudos da Linguagem: Limites e Espaços. Mesas-redondas do VI Congresso da ASSEL* - Rio, pp. 179-191. Rio de Janeiro: Associação de Estudos da Linguagem/UFRJ.
- Beozzo, José Oscar. 1983. *Leis e regimentos das missões. Política indigenista no Brasil*. São Paulo: Loyola.
- Bettendorf, João Felipe. 1800. *Compêndio da Doutrina Christã na Língua Portuguesa e Brasileira*. Composto pelo P. João Filipe Bettendorf. Antigo missionário do Brasil. e reimpresso de ordem de S. Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa. MDCCC. Na officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- \_\_\_\_\_. 1990. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão*. [Coleção Lendo o Pará 5, 2ª. ed.] Belém: Secult.
- Daniel, João. 1976. *Tesouro descoberto no Rio Amazonas*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.
- Ferguson, Charles A. 1974. Diglossia. In: Garvin, Paul L. & Lastra de Suarez, Yolanda. *Antologia de Estudios de etnolingüística y sociolingüística*, 247-265. México: Universidad Nacional Autónoma de México. Instituto de Investigaciones Antropológicas.
- Historia de la fundación del Collegio de la Baya de todo los Sanctos, y de sus residencias. 1897. *Anais da Biblioteca Nacional* 19: 77-121.
- Holanda, Sérgio Buarque de. 1976. A língua geral em São Paulo. In: *Raízes do Brasil* [Prefácio de Antônio Cândido, 10ª. ed, Série Coleção Documentos brasileiros 1]. Rio de Janeiro: J. Olympio.



- Joyce, M. de Lourdes. 1951. Caderno da doutrina pella lingua dos Manaos. Manuscrito do século XVIII. *Boletim de Etnografia e Língua Tupi-guarani* n.22. São Paulo: USP/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- Leite, Serafim, S.I. 1938-50. *História da Companhia de Jesus no Brasil*, 10<sup>4</sup> volumes. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- \_\_\_\_\_. (1956-60) *Monumenta Brasiliae*. Monumenta Historica S.I. (vol 79/80/81/ 87). Roma. Lilly Library. 1972. *Exotic printing and the expansion of Europe, 1492-1840: an exhibit*. Bloomington: Indiana University, Lilly Library Publications, 14.
- Machado, Diogo Barbosa. 1967 [1759]. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Cronologica. na qual se comprehende a noticia dos authores portuguezes, e das obras, que compozeraõ desde o tempo da promulgaçaõ da Ley da Graça até o tempo presente*; por Diogo Barbosa Machado. Lisboa.
- Mamiani, P. Luís Vincencio. 1698. *Catecismo/ da Doutrina/ Christãa/ Na Lingua Brasilica/ da Nação Kiriri/ composto/ Pelo P. Luís Vincencio Mamiani,/ Da Companhia de Jesus, missionário da Província do Brasil./ Lisboa/ Officina de Miguel Deslandes,/ Impressor de sua Magestade/ Com todas as licenças neccsárias. Anno de 1698.*
- Nantes, Fr. Bernardo de Nantes. 1709. *Katecismo/ indico/ da lingua kariris,/ acrescentado de varias/ praticas doutrinaes, & moraes, adaptadas ao genio, & capacidade dos/ Indios do Brasil,/ pelo Padre/ Fr. Bernardo de Nantes,/ Capuchinho, Pregador, & missionário/ apostolico;/ oferecido/ ao muy alto e muy poderoso Rey de Portugal/ Dom João V./ S.N. que Deos guarde/ Na Officina de Valentim da Costa/ Deslandes, Impressor de Sua Magestade/ MDCCIX. Com todas as licenças necessarias.*
- Rosa, Maria Carlota. 1994. *Pontuação e sintaxe em impressos portugueses renascentistas*. Tese de doutoramento. 2 volumes. Rio de Janeiro: UFRJ,



anpoll

GT HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA BRASILEIRA

---

Silva, Innocencio Francisco. 1862. *Diccionario bibliographico portuguez*. Estudos de Innocencio Francisco da Silva applicaveis a Portugal e ao Brasil. Lisboa: Imprensa Nacional.